

ATENÇÃO SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O SINDSEP-MG recebeu informação do Ministério da Saúde de que cerca de 25% dos servidores não está enviando a folha de frequência e que, a partir do próximo mês o pagamento será cortado para aqueles que estiverem em situação irregular.

O Ministério afirma estar entrando em contato com os (as) servidores (as) que estão nessa situação. Para o Sindicato a forma de atendimento do Ministério da Saúde ao servidor (a) é insuficiente, pois não está havendo atendimento presencial no órgão, o que dificulta ainda mais a comunicação do servidor (a).

O Ministério da Saúde deve criar um canal de comunicação eficiente para que os servidores não sejam prejudicados. Além disso, é obrigação do Ministério da Saúde cobrar dos gestores – municipais ou estadual – os documentos que garantem a comprovação do ponto do (a) servidor (a), conforme convênio assinado com estado e municípios.

O SINDSEP-MG reforça ainda a importância do envio da folha de frequência, pelo (a) servidor (a) para evitar o corte do pagamento, além de acompanhar se a folha de frequência está sendo encaminhada pelos Gestores, Gerência Regional de Saúde (GRS) e municípios ao Órgão.

Reforma administrativa: estabilidade é defendida em audiência pública na Câmara

A Comissão Especial da reforma administrativa na Câmara dos Deputados realizou, nesta quarta-feira, 14/07, a oitava audiência pública sobre a PEC 32/20 – da reforma administrativa. O tema foi a aquisição de estabilidade no serviço público. Entidades representativas de servidores defenderam a estabilidade como forma de combate à corrupção, lembrando a recente denúncia do servidor Luís Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde, sobre irregularidades na compra da vacina Covaxin, que estão em investigação na CPI da Covid, no Senado.

O deputado Leo de Brito (PT-AC) sustentou que foi a estabilidade o que possibilitou a manifestação de Miranda e também do delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva, no caso em que ele enviou um pedido de investigação contra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Se não fosse a estabilidade, estariam certamente demitidos por perseguição ao poder público", disse.

Saraiva era um dos convidados da audiência pública e afirmou que a proposta de reforma feita pelo governo é inoportuna: "A estabilidade no Brasil é condição para que as instituições sejam independentes. Para que o combate à corrupção continue, é preciso que os servidores tenham tranquilidade".

O presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Alison Souza, classificou a reforma administrativa como "marco regulatório da corrupção", ao permitir o exercício de funções técnicas por comissionados.

Governo equipara estabilidade com contrato de vitaliciedade

Durante a audiência, o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGDP) do Ministério da Economia, Leonardo Mattos Sultani, divulgou estudo elaborado pela pasta. De acordo com os dados, o vínculo do funcionário público com o Estado Brasileiro dura, em média, 59 anos.

O material aponta ainda que há 69 mil servidores ativos na União em cargos extintos, como de operador de telex, encadernador, chaveiro, recreacionista, barbeiro, açougueiro, entre outros. "Temos 585 mil servidores ativos, dentro os quais, 69 mil foram contratados para o desempenho de atividades que não mais existam ou que não são mais necessárias", declarou o secretário.

Para Sultani, não se deve "deixar de lado a discussão sobre as garantias que os servidores precisam dispor para executar as suas atividades de forma independente". Mas, segundo ele, as regras vigentes adotadas a partir da Constituição de 1988 "mais se equiparam a um contrato de vitaliciedade".

O secretário citou também que, em comparação com outros países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil apresenta um percentual maior de servidores com a garantia de estabilidade: 87%.

De acordo com o levantamento, com base nos últimos 40 mil vínculos que foram encerrados no Executivo Federal no decorrer dos últimos 20 anos, em média, o servidor permanece 59 anos vinculado ao Estado: 28 anos em atividade, 20 anos aposentado e 11 anos considerando seus pensionistas.

Proteção aos servidores

A garantia de estabilidade, no entanto, é defendida por especialistas, funcionalismo e diversos parlamentares como uma prerrogativa fundamental para que o profissional possa exercer suas atividades sem interferências de gestores por razões pessoais ou políticas. Na audiência, representantes das categorias e deputados reafirmaram esse posicionamento.

A possibilidade de ampliação de contratação de comissionados em detrimento de concursados, por exemplo, é vista como um risco para a administração pública. Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Alison Souza afirmou que, com isso, com isso, a reforma administrativa passa a ser um "marco regulatório da corrupção".

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público (Servir), deputado Israel Batista (PV-DF), citou que nas regiões onde não há vínculo do servidor com o poder público há precarização do serviço público, como revelam estudos já divulgados pela Servir.

"Nas regiões onde o vínculo do servidor com o poder público é precário, nós temos uma oferta de serviço público de pior qualidade. É justamente naqueles municípios e estados onde o vínculo é concreto, a oferta de serviço público é melhor. Onde você tem estabilidade, o serviço é melhor", ressaltou.

Servidores vão discutir greve geral contra a reforma administrativa

O Movimento em Defesa do Serviço Público, formado por diversas entidades sindicais, discutirá nos próximos dias 29 e 30 a possibilidade de uma greve geral em todo o país contra a reforma administrativa (PEC 32/20). O debate sobre uma paralisação unificada envolvendo servidores municipais, estaduais e da União já está tomando o debate entre as categorias.

A proposta desmonta a administração pública: cria novas formas de ingresso no serviço público e extingue a garantia de estabilidade para futuros servidores — exceto as carreiras de Estado, que ainda serão definidas por lei específica.

Para Rogério Expedito, diretor da Condsef/Fenadsef e do SINDSEP- MG e também integrante do Movimento e do Fonasefe, a mobilização é contra o fim da estabilidade, mas também em protesto contra outras medidas previstas na PEC 32. "Há elementos no projeto que acabam com o serviço público. O texto permite financiamento privado na saúde e educação, mas que devem ser garantidas pelo Estado.

Seminário sobre a PEC 32/20 – Reforma Administrativa – em Minas Gerais

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 32/20 (Reforma Administrativa) realizará seminário oficial em Minas Gerais para debater os impactos da referida proposta no serviço público estadual, municipal e federal. O SINDSEP-MG participará da primeira reunião preparatória para a audiência que será realizada hoje, dia 15/07, às 17 horas.

LIVE DE MOBILIZAÇÃO PARA O
**ENCONTRO NACIONAL DOS
TRABALHADORES E TRABALHADORAS
DO SETOR PÚBLICO**
MUNICIPAIS - ESTADUAIS - FEDERAIS

16 JULHO 19H

Assista no YouTube:
CONTRA A PEC 32

O Encontro Nacional dos
Trabalhadores e Trabalhadoras
do Setor Público ocorrerá nos dias
29 e 30 de julho 2021
www.contrapec32.com.br

CUT PÚBLICA CSE INTERSINDICAL FENASEF CGTB CTB UGT INTERSINDICAL

Nesta sexta-feira (16), às 19 h, acontece a *live* de preparação para o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público. A atividade será transmitida pelo *YouTube*, no canal "Contra a PEC 32", e vai iniciar a campanha de mobilização contra a Reforma Administrativa de Bolsonaro e Paulo Guedes. O objetivo do evento é mobilizar os servidores municipais, estaduais e federais em todo o Brasil, bem como a população, para defender os serviços públicos e impedir a PEC 32. O Encontro Nacional será realizado nos dias 29 e 30 de julho, de forma virtual, e está sendo convocado pelas centrais sindicais e por entidades que representam o funcionalismo. Acesse o site www.contrapec32.com.br, conheça a campanha e saiba mais sobre o evento. Para assistir a *live* acesse https://bit.ly/youtube_contrapec32

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ANOS DE 2019/2020

Dia 16/07 - 6ª feira - às 17h (1ª Chamada) e às 18h (2ª Chamada)

SINDSEP-MG
CONDSEF - FENADSEF CUT

PARTICIPE PELO LINK:

https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MzFkOTZhNjltYTU4ZC00MzcxLWJmZjYtYmZiZDk1NGI1NGY5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbecbd%22%2c%22Oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d